



Sarney explica a Ulysses as medidas do pacote econômico

135

PFL diverge de PMDB sobre aplicação do compulsório

Brasília — Até o início da tarde de ontem os ministros do PFL não tinham perdido a esperança de convencer o presidente José Sarney a desistir da instituição da cobrança do depósito compulsório sobre a venda de combustíveis, automóveis, passagens aéreas e dólares. Liderados pelo chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, eles se contentariam com a redução das alíquotas propostas inicialmente — entre 25% e 30%.

Seus derradeiros esforços concentravam-se em tentar convencer o secretário particular do presidente, Jorge Murad, da inconveniência política de se aplicar um imposto sobre o consumo às vésperas de uma eleição tão importante como a deste ano. Eles tinham consciência, no entanto, de que suas chances de demover Sarney eram pequenas, pois o presidente se inclinava em favor do remédio receitado pelos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e João Sayad, do Planejamento.

Um ministro do PFL estimou que o presidente poderia sofrer um abalo na sua popularidade de até 20% caso resolvesse adotar as medidas, e por isso argumentava que deveria caber aos candidatos e ministros do PMDB a responsabilidade de explicar e defender as decisões consideradas impopulares. Dentro do governo, alguns políticos já se preparam para jogar toda a culpa nos ombros do PMDB, caso o pacote que será anunciado hoje seja mal recebido pela população.

Funaro, contudo, praticamente convenceu Sarney da conveniência da adoção do Plano Cruzado nº 2, repisando a tecla da defesa do congelamento, que sua equipe econômica considera o principal cabo eleitoral do governo nas próximas eleições. Maciel e Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, defendem o retorno das leis do mercado, mas concordam que suspender o congelamento agora é impossível.

Assim, eles preferiram que as novas taxas se limitassem a produtos sofisticados, como cigarros, carro novos, bebidas (exceção de cachaça e cerveja) e viagens internacionais. Lembram que, quando o cruzado foi lançado, especialistas como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen previram que a medida resistiria no máximo a 90 dias e, com sorte, poderá ser revogado após 120 dias. Sarney, entretanto, após 150 dias não admite qualquer possibilidade de liberação de preços e assimilou os argumentos de Funaro.

Outro temor dos críticos do 2º cruzado é a reação do governador Leonel Brizola e do

presidente do PT, Luís Inácio da Silva, às medidas corretivas de um plano que ambos criticaram na origem. Além disso, não estavam convencidos de que o aumento nos preços dos combustíveis e automóveis não provocaria novo surto inflacionário. O argumento de que eles não serão computados nos índices apenas contribuiu para aumentar a desconfiança de que isso afetará a credibilidade da Nova República.

Um ministro do PFL acha que o presidente não deveria ter aprovado o pagamento do 13º salário aos funcionários públicos como um dos principais ingredientes da reforma administrativa, pois a iniciativa não condiz com um governo que está empenhado em eliminar o déficit público.

Na sua opinião, o principal crítico do cruzado, Leonel Brizola, está quieto porque torce politicamente para que o governo assuma medidas impopulares. A partir dai, ele retomará seus argumentos de fevereiro, demonstrando didaticamente que o plano falhou, conforme suas previsões da época, tanto que agora está precisando de ajustes. Na avaliação do ministro, em fevereiro o discurso de Brizola não foi bem recebido pela população, mas desta vez ele poderá conquistar mais audiência, porque estará diante de fatos e exemplos concretos.

Nas discussões do governo de domingo sobre a fórmula de cobrar o depósito compulsório, os principais argumentos contrários colocados pelo consultor geral da República, Saulo Ramos, e por assessores do Gabinete Civil, foram quanto a constitucionalidade da medida. Lembraram que o Supremo Tribunal Federal jamais se pronunciou sobre o assunto e, portanto, haveria o risco de uma decisão contrária, que desacreditaria a medida num governo democrático.

A defesa da equipe de Funaro foi sempre no sentido de encontrar saídas consideradas criativas — como a do compulsório sobre os combustíveis — e manter o espírito original do pacote: o mais amplo possível e em defesa do congelamento.

Na reunião de segunda-feira pela manhã, no Palácio do Planalto, o presidente começou a dar sinais mais claros de que se inclinava pela posição de Funaro, por achar que o plano permanece essencialmente um êxito político e depende apenas de acertos, que estava disposto a aprovar.